



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ADRIANO FERNANDES DE OLIVEIRA

RESTRIÇÕES À INTERNACIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS:
UMA ANÁLISE INDUTIVA DA LITERATURA

JOÃO PESSOA
2026

ADRIANO FERNANDES DE OLIVEIRA

**RESTRIÇÕES À INTERNACIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS:
UMA ANÁLISE INDUTIVA DA LITERATURA**

Artigo científico apresentado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª. Eliane Superti

JOÃO PESSOA

2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

048r Oliveira, Adriano Fernandes de.
Restrições à internacionalização de políticas
públicas: uma análise indutiva da literatura / Adriano
Fernandes de Oliveira. - João Pessoa, 2026.
33 f.

Orientação: Eliane Superti.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Políticas públicas. 2. Internacionalização. 3.
Restrições da literatura especializada. 4. Governança.
5. Organizações internacionais. I. Superti, Eliane. II.
Título.

UFPB/CCSA CDU 327

ADRIANO FERNANDES DE OLIVEIRA

"RESTRIÇÕES À INTERNACIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE INDUTIVA DA LITERATURA "

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Relações Internacionais do Centro de
Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da
Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como
requisito parcial para obtenção do grau de
bacharel(a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em 6 de abril de 2026

Documento assinado digitalmente
 **ELIANE SUPERTI**
Data: 06/04/2026 18:13:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Eliane Superti - (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Documento assinado digitalmente
 **PASCOAL TEOFILO CARVALHO GONCALVES**
Data: 07/04/2026 12:21:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves - (Membro 2)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Documento assinado digitalmente
 **ANA BERENICE PERES MARTORELLI**
Data: 07/04/2026 16:27:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Ana Berenice Peres Martorelli - (Membro 3)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

AGRADECIMENTOS

Este trabalho simboliza a realização de um sonho compartilhado entre gerações. Por isso, começo agradecendo à minha família, que sempre me incentivou, mesmo quando me senti perdido e não sabia qual caminho seguir. Aos meus pais, Genilda e Arlindo, agradeço especialmente por me ensinarem o valor da educação e do trabalho. Mãe, obrigado por todo o esforço, pelas noites em claro e pelo exemplo de independência e resiliência. Às minhas irmãs, Alane e Aline, agradeço o privilégio de aprender com vocês a valorizar quem eu sou e lembrar sempre de onde vim. Gabriel, sobrinho querido, você é minha estrela.

A primeira grande mudança que enfrentei, de cidade e estado, veio acompanhada das responsabilidades da vida adulta e de tantas outras inseguranças, mas, como ninguém é sozinho, aqui fiz novos amigos e com eles aprendi que a vida é mesmo bonita. Darlon, Emily, Melina, Luiz, Duda, José e Capu, vocês fizeram a universidade ser a melhor fase até aqui, valorizo cada momento em que estivemos juntos a ver um filme lá em casa, conhecendo um lugar novo ou dividindo as fofocas e angústias da faculdade. Darlon, com você descobri o que é ter um irmão. Do apartamento 104, fizemos um lar. Ana Clara, obrigado pelo ombro amigo.

Pelo meu trio da Líderi conservo um apego incondicional. Thais e Wemyll, vocês representam o ápice da competência, tenho profunda admiração, são profissionais que me inspiram e amigas que, mesmo longe, se fazem presentes em sentimento e lindas memórias. Também na empresa júnior, o amigo doce de 2022 me sorteou uma das maiores companheiras nessa trajetória, Sabine é a representação de que o tempo nos revela gratas surpresas e me cativou desde o primeiro abraço. Nesses 5 anos em João Pessoa, cada carnaval me lembra do dia em que conheci Maria Eduarda. Amiga, esses anos de convivência com você me ensinaram o valor de uma boa companhia, seja para falar e rir alto ou para estar em silêncio, mas ainda assim juntos. Obrigado por fazer eu me sentir em casa, conhecer sua família e ser padrinho de Zara. Rafinha e Lara, sou profundamente grato pela amizade de vocês. Rafa, obrigado por ser confidente e companhia em todos os momentos. Lara, eu me vejo em você, tenho certeza do seu sucesso e estou aqui para te aplaudir.

Por fim, gostaria de agradecer à minha orientadora Profa. Dra Eliane Superti, por quem tenho profunda admiração e respeito. Professora, seu encanto pela profissão me faz acreditar que a educação é o caminho possível. Agradeço também às minhas companheiras de pesquisa do GIPCI, com vocês aprendi a importância e o valor do trabalho em equipe para a superação dos desafios. Thais de França e Vitória, obrigado pela amizade e parceria, vocês elevaram o nível da experiência em pesquisa e extensão enquanto estudante da UFPB.

RESUMO

A internacionalização de políticas públicas constitui um fenômeno central nos processos de cooperação internacional, caracterizado pela busca de soluções conjuntas para problemas públicos compartilhados entre diferentes contextos nacionais ou subnacionais. Este artigo visa identificar e sistematizar as principais barreiras que limitam a internacionalização de políticas públicas, com ênfase nas restrições que emergem de forma indutiva a partir da literatura especializada. Para tanto, foi realizada uma Revisão Sistemática de Literatura com base no protocolo PRISMA, abrangendo publicações entre 2010 e 2025 nas bases Scopus, SciELO e Latindex. A amostra final foi composta por 73 estudos, analisados por meio de Análise de Conteúdo Qualitativa com suporte do software NVivo e lógica de codificação mista (dedutiva e indutiva). Os resultados confirmam a presença de restrições tradicionalmente apontadas pela literatura, como fatores políticos, culturais, institucionais e técnicos, mas também evidenciam quatro categorias de barreiras identificadas empiricamente: *governance constraints*, *coercive barriers*, *standardization limitations* e *international organizations as barriers*. Essas categorias indicam que as limitações à internacionalização não decorrem apenas de déficits de recursos ou incompatibilidades contextuais, mas também das dinâmicas de governança, das relações de poder e das estratégias de difusão adotadas no sistema internacional. Os resultados apontam que a efetividade da internacionalização de políticas públicas depende não apenas das características das políticas transferidas, mas das condições institucionais, políticas e contextuais que estruturam seu processo de difusão e adaptação.

Palavras-chave: políticas públicas. Internacionalização. Restrições. Governança. Organizações Internacionais.

ABSTRACT

The internationalization of public policies constitutes a central phenomenon in international cooperation processes, characterized by the pursuit of joint solutions to shared public problems across different national or subnational contexts. This article seeks to identify and systematize the main barriers that limit the internationalization of public policies, with an emphasis on the constraints that emerge inductively from the specialized literature. To this end, a Systematic Literature Review was conducted based on the PRISMA protocol, covering publications from 2010 to 2025 in the Scopus, SciELO, and Latindex databases. The final sample consisted of 73 studies, analyzed using Qualitative Content Analysis with support from NVivo software and mixed coding logic (deductive and inductive). The results confirm the presence of constraints traditionally highlighted in the literature, such as political, cultural, institutional, and technical factors, but also reveal four categories of barriers identified empirically: governance constraints, coercive barriers, standardization limitations, and international organizations as barriers. These categories indicate that limitations to internationalization stem not only from resource deficits or contextual incompatibilities, but also from governance dynamics, power relations, and diffusion strategies adopted within the international system. The results indicate that the effectiveness of the internationalization of public policies depends not only on the characteristics of the policies being transferred, but also on the institutional, political, and contextual conditions that shape their dissemination and adaptation.

Keywords: public policy. Internationalization. Restrictions. Governance. International organizations.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. METODOLOGIA.....	8
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
3.1 Governance Constraints.....	15
3.2 Coercive Barriers.....	16
3.3 Standardization Limitations.....	16
3.4 International Organizations as Barriers.....	17
4. DISCUSSÃO E RESULTADOS.....	18
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS.....	29

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado da pesquisa de iniciação científica voluntária regida pelo edital 01/2023 - Propesq/UFPB, desenvolvida no período de 09/2023 a 08/2024 no contexto do Grupo de Pesquisa Internacionalização de Políticas Públicas e Cooperação Internacional - GIPCI. Seu objeto de análise é um recorte da pesquisa de maior escopo desenvolvida pelo grupo sobre o tema da difusão de políticas públicas.

A internacionalização de políticas públicas (PP), reconhecida no campo acadêmico como *policy diffusion*, está diretamente associada aos processos de globalização e à intensificação dos fluxos de informações e experiências entre diferentes territórios. Esse fenômeno recebe importância pelo seu papel mediador entre os desafios globais compartilhados por diferentes regiões e as diretrizes formuladas para enfrentar problemas públicos de ampla relevância social (Secchi, 2012; Dolowitz; Marsh, 2012; Faria, 2018; Blake *et al.*, 2020). No entanto, vale destacar que o compartilhamento de políticas entre Estados não ocorre de forma linear ou isenta de dificuldades. Desafios significativos podem limitar, condicionar ou mesmo interromper esses processos, evidenciando que tais políticas não “viajam” livremente, pelo contrário, são constantemente reinterpretadas, adaptadas ou bloqueadas pelos contextos nos quais são inseridas (Blake *et al.*, 2020; Stone; Porto de Oliveira; Pal, 2019; Pojani; Stead, 2015).

No contexto brasileiro, os estudos sobre internacionalização de PP vêm ganhando destaque com contribuições que analisam processos de difusão de PP (Oliveira; Saraiva; Sakai, 2020; Faria, 2018; Almeida, 2021), além de uma crescente produção sobre experiências concretas de cooperação internacional e transferência de modelos de governança (Superti *et al.*, 2022; Fróio; Superti; Souza, 2023). Entretanto, persistem vazios significativos na literatura nacional, particularmente no que diz respeito aos obstáculos enfrentados na adaptação e implementação dessas políticas em contextos locais.

A Revisão Sistemática de Literatura (RSL) realizada nesta pesquisa evidenciou a ausência de um estudo categoricamente sistematizado sobre as restrições. Dos 367 textos selecionados inicialmente, 261 sinalizam a existência de barreiras ou limitações; desse subgrupo, apenas 73 apresentam como tema central as dificuldades nos processos de internacionalização de Políticas Públicas.

Esta pesquisa se justifica pela necessidade de consolidar tais informações e reunir conceitos que possibilitem uma melhor compreensão das restrições à luz da literatura especializada. Compreender tais limitações permite aos criadores de políticas públicas

antecipar obstáculos, ajustar estratégias de implementação e promover cooperações internacionais mais realistas e sensíveis às especificidades locais.

O artigo tem como propósito contribuir com a literatura especializada — tanto global, em língua inglesa, quanto local — ao analisar, por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), as barreiras que limitam os processos de internacionalização das políticas públicas. O foco central do estudo, contudo, não recai sobre as restrições tradicionalmente apontadas pela literatura — como fatores culturais, linguísticos, político-institucionais, técnicos ou estruturais —, já amplamente documentadas. A ênfase está nas restrições que emergiram de forma indutiva a partir da análise do *corpus* selecionado, ou seja, naquelas identificadas empiricamente ao longo da própria investigação e que não compõem o quadro das restrições mais documentadas. Trata-se, então, de discutir as restrições que o *corpus* de análise avançou em relação às discussões presentes na literatura especializada. Para orientar o estudo, as questões orientadoras da pesquisa foram: quais restrições interferem ou dificultam a internacionalização de políticas públicas? Como, a partir da literatura, as restrições identificadas indutivamente podem ser definidas?

O objetivo geral da pesquisa é, assim, identificar e sistematizar as restrições empíricas recorrentes à internacionalização de políticas públicas e definir, a partir da literatura especializada, as restrições que emergiram do estudo de forma indutiva. Três objetivos específicos contribuem para refinar a discussão: (1) Elaborar a definição das restrições identificadas por método indutivo, evidenciando como esses entraves emergem dos casos analisados, independentemente do êxito formal dos processos de *policy diffusion*; (2) analisar de que maneira as restrições dedutivas e indutivas identificadas se manifestam e se combinam em diferentes contextos de internacionalização, considerando variáveis como direção da política (Norte–Sul, Sul–Sul, Norte–Norte, Sul–Norte), tipo de deslocamento (difusão, transferência ou circulação); e, por fim (3) Discutir os limites explicativos e analíticos das restrições à internacionalização de políticas públicas, explicitando como essas limitações condicionam o alcance das políticas.

Ressalta-se que a intenção do estudo não consiste em avaliar o fracasso dos processos de internacionalização, mas em identificar e discutir as barreiras que os condicionam e dificultam, inclusive em casos nos quais a internacionalização tenha sido considerada exitosa. A pesquisa analisa a literatura sobre difusão internacional de políticas públicas entre 2010 e 2025, contemplando tanto estudos de caso quanto análises teóricas ancoradas em evidências empíricas. A escolha desse recorte temporal se justifica pela expansão e sofisticação conceitual-empírica observadas na literatura a partir de 2010 (Graham, Shipan; Volden,

2012), além de permitir a incorporação de choques estruturais que redefiniram barreiras à circulação de políticas, como a crise de 2008/2009, a pandemia de COVID-19 e o agravamento da polarização geopolítica.

Para organizar e analisar o *corpus* documental identificado, utilizou-se o software NVivo, que possibilitou a categorização das restrições identificadas e a análise das interações entre diferentes variáveis, bem como a produção de visualizações que indicam recorrências e relações entre fatores condicionantes da difusão internacional de políticas públicas.

O artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta os procedimentos metodológicos que orientaram a condução da RSL e a análise de conteúdo, detalhando a estratégia de busca, os critérios de seleção do *corpus* e a lógica de codificação mista adotada. A terceira seção desenvolve o referencial teórico, definindo os conceitos centrais de política pública e internacionalização, além de apresentar as quatro categorias de restrições identificadas indutivamente, com suas respectivas conceituações e subcódigos. A quarta seção discute os resultados, analisando como essas restrições se distribuem em função da área, da direção e do tipo de deslocamento das políticas públicas. Por fim, as considerações finais retomam as contribuições do estudo e apontam seus limites analíticos.

2. METODOLOGIA

A abordagem da pesquisa foi qualitativa exploratória e valeu-se de duas estratégias principais: a Revisão Sistemática de Literatura e a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), com suporte do software NVivo para a codificação e categorização dos achados. Para a condução da RSL, adotaram-se as diretrizes do protocolo PRISMA 2020 (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), com adaptações ao campo das ciências sociais.

O levantamento bibliográfico concentrou-se na base de dados Scopus, sendo estendido às plataformas SciELO e Latindex. A triangulação das bases permitiu maior evidência sobre a produção ibero-latino-americana, o que forneceu acesso a coleções de periódicos de acesso aberto com recorte regional e que cumprem critérios técnicos e editoriais. A estratégia de busca, incluindo os descritores associados ao conceito-alvo e ao foco analítico, encontra-se detalhada na Tabela 1.

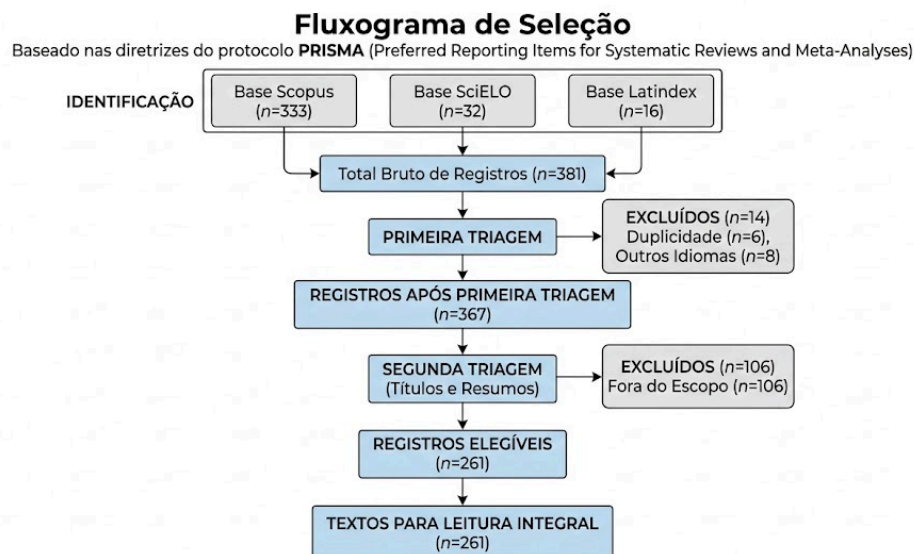
Tabela 1 – Matriz de Termos e Estratégia de Busca (RSL)

Agrupamento	Inglês	Português	Espanhol	Observação
Conceito-alvo	<i>“policy diffusion”, “policy transfer”, “policy circulation”</i>	“difusão de políticas públicas”, “transferência de políticas”, “circulação de políticas”	<i>“difusión de políticas públicas”, “transferencia de políticas”, “circulación de políticas”</i>	Frases exatas + variações com truncamento quando disponível
Foco analítico	<i>challenges, barriers, obstacles, constraints, limitations, problems, difficulties</i>	desafios, barreiras, obstáculos, restrições, limitações, problemas, dificuldades.	<i>desafíos, barreras, obstáculos, restricciones, limitaciones, problemas, dificultades</i>	Termos combinados com AND ao conceito-alvo

Fonte: Elaboração Própria, 2026.

A estratégia de busca foi estruturada a partir da combinação de descritores que representam o conceito-alvo — termos centrais do fenômeno de *policy diffusion* — e o foco analítico (restrições). A fim de garantir a abrangência e mitigar o viés idiomático, os termos foram aplicados em português, inglês e espanhol. Utilizou-se o operador booleano *OR* para o agrupamento de sinônimos dentro de cada categoria e o operador *AND* para a intersecção entre o conceito e o foco analítico. Adicionalmente, empregou-se o uso de aspas para a recuperação de expressões exatas e caracteres de truncamento para capturar variações morfológicas dos termos nas bases que permitem tal funcionalidade. O resultado do levantamento inicial está ilustrado no fluxograma da Figura 1.

Figura 1



Fonte: Elaboração Própria, 2026.

Conforme exposto na Figura 1, foram encontrados 333 textos na base Scopus, 32 na Scielo e 16 no Latindex. Na primeira triagem, foram retirados 6 títulos em duplicidade e 8 em outros idiomas. Dos 367 que avançaram para a segunda triagem de títulos e resumos, 106 foram excluídos por não estarem no escopo da pesquisa, restando 261 textos elegíveis para a leitura. A terceira triagem, para seleção dos casos a serem analisados, desenvolveu-se a partir da leitura dos textos na íntegra e da discussão em grupo no GIPCI (UFPB), com o suporte da ferramenta de inteligência artificial ChatPDF a fim de identificar os trechos específicos em que os autores abordam o foco analítico da pesquisa.

Três perguntas orientaram o uso da ferramenta e direcionaram a leitura integral pelos membros do grupo, além de serem utilizadas como critérios de exclusão: (1) O texto aborda sobre políticas públicas, indique os trechos? (2) O texto aborda sobre processos de internacionalização de políticas públicas (transferência, difusão ou circulação), indique os trechos? (3) O texto aborda restrições (limitações, desafios, dificuldades, barreiras, obstáculos) no processo de internacionalização de políticas públicas? Os trechos indicados pela ferramenta foram anotados e discutidos com a finalidade de avaliar sua pertinência.

Como resultado da metodologia apontada e da última etapa de depuração, a amostra final é composta por 73 textos, que atendem aos critérios definidos como essenciais e analisam o processo de internacionalização. Desse total, aproximadamente 70% — correspondente a 51 textos — abordam as barreiras indutivas, foco específico desta pesquisa. Para classificação do *corpus* e atendimento dos objetivos específicos, foram definidos cinco

atributos fundamentais: área da política pública (educação, infraestrutura, segurança, etc); direção (norte-norte, norte-sul, sul-sul, sul-norte); natureza do deslocamento (transferência, difusão ou circulação); policymaker (privado, público, público-privado); e ano de publicação.

Composta a base de dados, a análise dos casos baseou-se no modelo de Análise de Conteúdo Qualitativa (Mayring, 2015; Bardin, 2011), com suporte do software NVivo e lógica de codificação mista (dedutiva-indutiva). O procedimento de codificação pode ser dividido em dois momentos principais: (1) elaboração de uma matriz de codificação com as categorias identificadas dedutivamente, definidas pela literatura sobre restrições à internacionalização de PP (Blake *et al.*, 2020; Stone; Porto de Oliveira; Pal, 2019; Pojani; Stead, 2015); e (2) incorporação de categorias que se destacaram na leitura exploratória dos casos analisados e que foram refinados por comparação constante (indutiva). As Tabelas 2 e 3 indicam o resultado final da matriz de codificação, sendo os códigos a terminologia utilizada para identificar as principais restrições à internacionalização de PP.

Tabela 2 - Codificação Dedutiva

Classificação	Código	Arquivos	Referências	Descrição
1º	<i>Político-Local Constraints</i>	47	59	Dinâmicas do contexto doméstico: comprometimento volátil de lideranças, ideologia, resistência de grupos, atuação de atores locais e descontinuidade institucional.
2º	<i>Cultural Barriers</i>	29	34	Dimensão simbólica e normativa: diferenças em valores, linguagem (tradução de conceitos) e cultura administrativa (aversão à inovação).
3º	<i>Institutional Constraints</i>	16	16	Estruturas formais e informais: incompatibilidade ou fragilidade de instituições, marcos legais, capacidade administrativa e normas enraizadas.
4º	<i>Learning Barriers</i>	10	10	Capacidade de absorver conhecimento: limitações técnicas, cognitivas e falta de mecanismos para treinamento e adaptação contínua.

5º	<i>Structural Restrictions</i>	11	11	Infraestrutura física e tecnológica, desigualdades socioeconômicas, fragmentação e vulnerabilidade organizacional.
6º	<i>Technical Limitations</i>	11	11	Falta de profissionais qualificados, dependência de consultoria externa, lacunas metodológicas e de coordenação.

Fonte: Elaboração Própria, 2026.

Os códigos definidos pelo método dedutivo, apresentados na Tabela 2, indicam categorias de restrições que são identificadas prontamente pelos autores dos estudos de caso analisados. Esses códigos atribuem aspectos como: política local, fatores culturais, estruturais, técnicos e institucionais como restrições recorrentes no processo de internacionalização de PP. No entanto, a codificação mista revela uma complexidade que transcende as barreiras convencionais. Observou-se que determinadas variáveis, tradicionalmente classificadas pela literatura como facilitadoras da difusão, atuam, em contextos específicos, como elementos restritivos ou condicionantes. Essa reinterpretação expande o debate teórico ao evidenciar a ambivalência de certos fatores no processo de internacionalização. A Tabela 3 indica quais são os códigos que emergem da abordagem indutiva, foco deste artigo.

Tabela 3 - Codificação Indutiva

Classificação	Código	Arquivos	Referências	Subcódigo(s)
1	<i>Governance Constraints</i>	37	45	● <i>Management</i> ○ <i>Budget</i> ○ <i>Expectations</i>
2	<i>Coercive Barriers</i>	17	18	● <i>Colonial</i> ● <i>Imposition</i> ● <i>Top-down</i>
3	<i>Standardization Limitations</i>	8	8	Não aplicado
4	<i>International Organizations as Barriers</i>	7	7	Não aplicado

Fonte: Elaboração Própria, 2026.

Enquanto as categorias dedutivas (Tabela 2) confirmam restrições clássicas da literatura, a análise indutiva (Tabela 3) revela dimensões mais críticas e dinâmicas do fenômeno, demonstrando que a internacionalização não é dificultada apenas por "falta" de recursos — sejam eles: técnicos, humanos ou financeiros —, mas pela própria forma como o processo é conduzido.

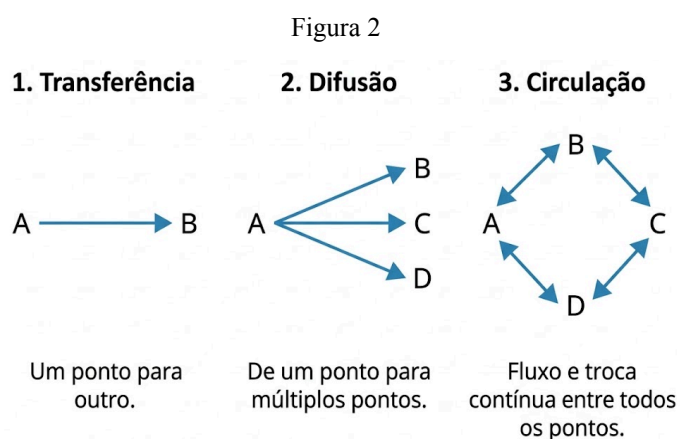
3. REFERENCIAL TEÓRICO

Em sua definição, Leonardo Secchi (2012) argumenta que políticas públicas podem ser compreendidas como diretrizes formuladas para enfrentar problemas públicos, isto é, sua razão de existir reside no tratamento ou na resolução de questões reconhecidas como socialmente relevantes. Nessa mesma perspectiva, Enrique Saravia (2006) concebe as políticas públicas como fluxos de decisões orientadas à intervenção em uma determinada realidade social. Por sua vez, Thomas Dye (2024) apresenta uma definição mais sintética, ao afirmar que políticas públicas correspondem a tudo aquilo que os governos decidem fazer ou não fazer, enfatizando seu caráter prático e os efeitos concretos da ação (ou inação) governamental. Para os fins deste trabalho, contudo, parte-se de uma interpretação mais restritiva desse conceito. Entende-se que a simples formulação de agendas, intenções ou orientações gerais não é suficiente para caracterizar uma PP, ainda que tais elementos possam orientar ou influenciar a elaboração de políticas públicas em contextos específicos.

Assim, considera-se política pública quando a diretriz formulada se traduz em ação efetivamente executada, por meio de mecanismos institucionais que envolvam a mobilização concreta de recursos financeiros, humanos ou técnicos voltados à intervenção sobre um problema público. Nesse sentido, políticas públicas são compreendidas como um fenômeno articulado que pode se materializar em leis, projetos, programas ou instrumentos semelhantes, com a implementação de ações capazes de operacionalizar essa diretriz na prática (Howlett, Ramesh; Perl, 2013; Secchi, 2012; Frey, 2000).

Quando as políticas públicas viajam para outras jurisdições, o que aqui chamamos de internacionalização de políticas públicas, ocorre o deslocamento de suas ideias, instrumentos ou arranjos institucionais ao longo do espaço e do tempo (Oliveira; Saraiva; Sakai, 2020; Dolowitz; Marsh, 2012; Stone, 2017). Ou seja, elementos da política pública se deslocam para outras realidades, mediados por atores nacionais, internacionais e, por vezes, subnacionais, para produzir enfrentamentos a problemas públicos em contextos distintos.

Entre os principais conceitos mobilizados para compreender esses deslocamentos, têm-se a transferência, a difusão e a circulação de políticas públicas. Eles são categorias analíticas que permitem interpretar as distintas formas pelas quais PP viajam. A transferência refere-se a um processo pontual e direcionado, no qual uma política pública é deliberadamente transposta de um contexto para outro por meio de mecanismos específicos. A difusão caracteriza um movimento mais amplo de expansão, no qual políticas se disseminam de um ponto de origem para múltiplos contextos, envolvendo mecanismos como coerção, aprendizado, emulação, inspiração e adaptação (Coêlho, 2016). Já a circulação descreve uma dinâmica mais complexa, marcada por fluxos multidirecionais de experiências e aprendizados, nos quais as políticas podem ser reinterpretadas ao longo do tempo e, até retornar ao contexto de origem, transformadas pelos elementos incorporados em sua trajetória internacional (Oliveira; Saraiva; Sakai, 2020). A Figura 2 ilustra os tipos de deslocamentos discutidos.



Fonte: Elaboração própria (2026) adaptada de (Oliveira; Saraiva & Sakai, 2020, p. 20).

Em um cenário de crescente interdependência global, a internacionalização de políticas públicas emerge como um mecanismo de cooperação capaz de conectar diferentes unidades políticas em torno de soluções para problemas compartilhados. Ainda que a literatura nacional tenha avançado nos últimos anos, permanecem lacunas importantes. Grande parte dos estudos concentra-se na identificação de mecanismos de difusão e circulação de políticas ou na descrição de casos considerados bem-sucedidos e de “boas-práticas” (Faria, 2018). Dolowitz e Marsh (2012) também analisam que, internacionalmente, os estudos dedicados a explorar as adversidades representam esforços iniciais.

Além disso, a RSL indica que são relativamente escassas as pesquisas que investigam de forma sistemática as dificuldades enfrentadas na adaptação e implementação dessas políticas em novos contextos. Na literatura existente, tais obstáculos tendem a ser discutidos sobretudo em termos de barreiras institucionais, políticas, econômicas, culturais e epistemológicas (Pojani; Stead, 2015; Blake *et al.*, 2020; Glaser *et al.*, 2021).

Os resultados desta pesquisa indicam, contudo, que as restrições à internacionalização de políticas públicas não se limitam a essas dimensões já consolidadas no debate acadêmico. A análise indutiva da literatura contribuiu para identificar outras categorias de barreiras que afetam esse processo, relacionadas: (1) a problemas de coordenação e gestão entre atores, (2) à imposição de políticas em contextos de relações de poder assimétricas, (3) ao uso de modelos padronizados do tipo *one-size-fits-all* e (4) ao papel paradoxal desempenhado por organizações internacionais. Essas barreiras emergem em contextos múltiplos e frequentemente se articulam com as dimensões já mapeadas pela literatura, mas apresentam especificidades analíticas que demandam discussão mais aprofundada. Conforme a Tabela 3, tais restrições estão categorizadas em quatro códigos principais: *governance constraints*; *coercive barriers*; *standardization limitations* e *international organizations as barriers*.

3.1 Governance Constraints

Nos casos analisados, os *governance constraints* estão associadas a incompatibilidades institucionais e contextuais entre o modelo de política transferido e o ambiente político-administrativo receptor, como estruturas regulatórias frágeis, instabilidade política, falta de coordenação burocrática e divergências entre objetivos domésticos e instrumentos de política adotados (Appuhami; Perera; Perera, 2011; Steinbacher, 2015; Rocco; Hein; Rooij, 2023). Nesses casos, observa-se que a política frequentemente passa por processos de adaptação parcial, implementação seletiva ou mesmo transferência incompleta, evidenciando o papel central das condições de governança na determinação do sucesso ou fracasso da internacionalização de políticas públicas.

Em diversos casos analisados, observa-se que a necessidade de articulação entre múltiplos *stakeholders* e estruturas de governança gera desafios adicionais de integração de recursos, alinhamento institucional e compartilhamento de informações, dificultando a operacionalização das políticas transferidas (Liang *et al.*, 2021; Fredens *et al.*, 2020).

3.2 Coercive barriers

No debate sobre *coercive barriers* estão presentes restrições associadas à adoção de políticas públicas em contextos onde o processo de transferência ocorre sob pressões externas e relações assimétricas de poder, limitando a autonomia dos atores locais na formulação e adaptação das políticas. Na literatura clássica sobre difusão, a coerção costuma ser tratada como um dos mecanismos que impulsionam a circulação internacional de políticas (Coêlho, 2016), especialmente quando organismos internacionais, países centrais ou instituições financeiras utilizam incentivos, condicionalidades ou normas regulatórias para estimular a adoção de determinadas reformas.

Entretanto, os estudos de caso revelam que, na prática, esses mecanismos frequentemente produzem efeitos ambivalentes ou mesmo restritivos, sobretudo quando políticas são introduzidas por meio de processos *top-down* ou sob condições de dependência institucional e financeira. Em diversos casos, reformas foram implementadas sem capacitação adequada dos atores locais ou sem mecanismos de suporte institucional suficientes, evidenciando processos de transferência pouco adaptados às capacidades e necessidades locais (Le, 2018; Karakhanyan; Van Veen; Bergen, 2011). Além disso, a adoção de políticas pode ocorrer como uma reação inevitável a pressões externas, especialmente em contextos nos quais países ou governos se percebem obrigados a alinhar suas políticas domésticas às expectativas de atores internacionais mais “poderosos” (Karakhanyan; Van Veen; Bergen, 2011). Essa dinâmica pode provocar resistência política e institucional, especialmente quando os atores locais percebem que as políticas foram definidas externamente, sem considerar de forma adequada as prioridades, capacidades ou contextos nacionais.

3.3 Standardization limitations

A literatura também destaca que processos de padronização frequentemente resultam na promoção de soluções *one-size-fits-all*, nas quais modelos de política são apresentados como respostas universais para problemas públicos complexos (Pow, 2014), essas situações são evidenciadas através do código *standardization limitations*. Nesses casos, políticas originalmente vinculadas a contextos específicos passam por processos de tecnificação, transformando-se em instrumentos de gestão aparentemente neutros e aplicáveis a qualquer realidade institucional (Oliveira, 2016). No entanto, essa transformação pode obscurecer as

dimensões políticas, sociais e históricas que influenciam o funcionamento das políticas públicas.

Em alguns contextos, a disseminação de políticas padronizadas também está associada à propagação de determinadas agendas políticas ou paradigmas de desenvolvimento, como ocorreu com a difusão de reformas educacionais e administrativas promovidas no contexto das reformas neoliberais desde os anos 1990 (Krawczyk; Scaff, 2024). Nesses casos, políticas são frequentemente apresentadas como soluções universais ou “panaceias”, ainda que não considerem adequadamente os contextos socioeconômicos ou as prioridades políticas locais (Sakata *et al.*, 2024).

Embora essa estratégia facilite a difusão de políticas em escala global, ela também levanta questionamentos sobre a validade dos elementos identificados como responsáveis pelo sucesso original da política, especialmente diante da complexidade dos fatores que influenciam os resultados das políticas públicas. Dessa forma, a simplificação necessária para tornar as políticas replicáveis pode levar à redução excessiva da complexidade institucional e contextual, comprometendo a sua efetividade em novos ambientes (Le, 2018).

3.4 International organizations as barriers

As organizações internacionais desempenham um papel central na disseminação de PP, atuando como importantes intermediárias nos processos de internacionalização. Contudo, os estudos também indicam que essa atuação possui um caráter ambíguo. Por um lado, essas instituições funcionam como plataformas de difusão de ideias, instrumentos e modelos de governança, promovendo intercâmbios institucionais e ampliando a circulação de experiências consideradas bem-sucedidas.

Por outro, sua atuação pode reproduzir relações assimétricas de poder entre países, especialmente entre o Norte e o Sul Global. Em alguns contextos, políticas difundidas por organismos multilaterais são percebidas como extensões de agendas externas ou como parte de uma lógica de desenvolvimento hierarquizada, na qual países do Sul seriam incentivados a “alcançar” padrões definidos a partir de experiências do Norte Global. Esse tipo de dinâmica pode gerar resistências locais e tensionar os processos de adoção de políticas, sobretudo quando tais iniciativas são associadas a legados coloniais ou a formas de imposição normativa (Uhlenbrock; Meier, 2021).

Outro aspecto recorrente refere-se ao papel do financiamento internacional como mecanismo de condicionamento das políticas domésticas. Em contextos de instabilidade

econômica ou de escassez de recursos, governos nacionais frequentemente recorrem ao apoio financeiro de organizações internacionais, o que pode levá-los a adotar políticas alinhadas às exigências estabelecidas por esses atores (Karakhanyan; Van Veen; Bergen, 2011; Appuhami; Perera; Perera, 2011).

Nesse sentido, os recursos financeiros disponibilizados por agências multilaterais e organismos de cooperação podem funcionar simultaneamente como incentivo e como mecanismo de pressão. Estudos apontam que a concessão, suspensão ou renovação de financiamento pode ser utilizada para induzir reformas institucionais ou mudanças administrativas específicas, evidenciando a presença de mecanismos de transferência coercitiva em determinadas circunstâncias (Karakhanyan; Van Veen; Bergen, 2011; Appuhami; Perera; Perera, 2011). Além disso, a própria natureza frequentemente temporária dos programas de financiamento internacional pode limitar a continuidade das políticas implementadas, gerando desafios adicionais para sua institucionalização no nível doméstico (Rahman; Naz; Nand, 2013).

As categorias indutivas apresentadas — *governance constraints*, *coercive barriers*, *standardization limitations* e *international organizations constraints* — permitem compreender como as restrições à internacionalização de políticas públicas se estruturam na prática, revelando tensões entre a difusão de modelos, as capacidades institucionais locais e as relações de poder no sistema internacional. Nesse sentido, essas categorias não apenas sistematizam os principais obstáculos identificados na literatura, mas também oferecem um referencial analítico capaz de orientar a investigação empírica e evidenciar como as restrições se manifestam em contextos concretos, sendo aplicáveis à atuação de gestores de PP. A partir dessa base teórica, torna-se possível examinar, de forma mais detalhada, como essas dinâmicas operam nos casos analisados.

4. DISCUSSÃO E RESULTADOS

A seção de discussão e resultados analisa de maneira mais aprofundada como as restrições indutivas mapeadas se manifestam. Em atenção ao objetivo específico 1, a Tabela 4 apresenta a definição conceitual, assim como os subcódigos criados no NVivo para melhor indicar como ocorrem.

Tabela 4 - Arranjos de conceituação das restrições

Definição

Governance Constraints: limitações institucionais e administrativas presentes no contexto doméstico que dificultam a adoção, adaptação ou implementação de políticas públicas provenientes de processos de internacionalização.

- *Management:* este subcódigo está presente em cerca de 86% dos arquivos dentro da categoria indicada e surge para evidenciar que a difusão internacional de PP esbarra em problemas de gerenciamento entre atores, níveis de governo e burocracias. A falta coordenação implica, também, em um constante desalinhamento de expectativas, o que dificulta a absorção da política no novo contexto. A questão orçamentária desponta como um dos principais agravantes nos casos analisados e por isso está presente na ramificação do código.
 - *Budget:* evidencia como a insuficiência de recursos financeiros, a rigidez na alocação orçamentária ou a dependência de financiamento externo comprometem a continuidade e a efetividade das políticas, além de restringirem a capacidade dos governos de ajustar modelos importados às demandas do contexto local.
 - *Expectation:* destaca como divergências quanto a objetivos, resultados esperados e formas de execução dificultam a coordenação e a internalização da política, gerando entraves à sua implementação eficaz no contexto doméstico.

Coercive Barriers: restrições decorrentes da adoção de políticas públicas sob pressões externas ou mecanismos de imposição que reduzem o grau de voluntariedade do processo de internacionalização.

- *Colonial:* associadas à difusão de políticas públicas que reproduzem relações históricas de assimetria entre Norte e Sul global, frequentemente percebidas como continuidade de dinâmicas coloniais ou neocoloniais no campo do desenvolvimento.
- *Imposition:* refere-se às situações em que a adoção de PP ocorre em resposta a condicionalidades institucionais ou financeiras impostas por atores externos, como organismos internacionais, agências de cooperação ou instituições financeiras multilaterais. Frequentemente caracterizada por uma relação de dependência.
- *Top-down:* diz respeito à implementação de políticas transferidas por meio de processos hierárquicos e verticalizados, nos quais atores locais possuem participação limitada na definição, adaptação ou implementação da política.

Standardization Limitations: problemas decorrentes da padronização de políticas e da difusão de “boas práticas” descontextualizadas, sobretudo, quando há a transformação de experiências de sucesso em “kits de políticas” replicáveis, baseados em soluções universalizantes e na simplificação excessiva de experiências consideradas bem-sucedidas.

International Organizations as Barriers: barreiras que decorrem da atuação de organizações internacionais no processo de difusão de políticas, sendo percebidas como atores capazes de exercer uma imposição normativa de experiências definidas pelo Norte Global (ocidentalização).

Fonte: Elaboração Própria, 2026.

O quadro apresenta, de forma sintética, os principais elementos que caracterizam cada código atribuído às restrições identificadas de maneira indutiva, isto é, a partir da leitura e

análise sistemática do *corpus* documental. O processo de codificação realizado no NVivo também possibilitou a criação de subcódigos, com o objetivo de capturar com maior precisão as formas pelas quais essas restrições emergem nos casos analisados. Esse detalhamento mostrou-se especialmente relevante nos casos relacionados à governança e à coerção, cujas manifestações apresentam particularidades que demandam uma análise mais refinada.

A inclusão do subcódigo *management* justifica-se pela recorrência de obstáculos associados não apenas à estrutura institucional, mas também à capacidade de coordenação e gestão da política entre os diferentes atores envolvidos no processo de difusão (Ilgen; Sengers; Wardekker, 2019). Ainda que os *governance constraints* expressem limitações estruturais do ambiente político-administrativo, a análise dos casos evidencia que muitos dos entraves se manifestam no plano operacional da implementação (Duque Franco, 2018), especialmente na articulação entre burocracias, níveis de governo e organizações parceiras.

O subcódigo aparece em aproximadamente 86% dos arquivos dentro dessa categoria, indicando que a difusão internacional de políticas públicas frequentemente esbarra em problemas de gerenciamento, como dificuldades de coordenação interinstitucional, fragmentação administrativa e desalinhamento de expectativas entre os atores envolvidos (Clark; Osborne, 2014; Liang *et al.*, 2021; Fredens *et al.*, 2020). Esses achados reforçam que limitações de gestão e coordenação administrativa constituem um componente central das restrições de governança, influenciando diretamente a capacidade de absorção e adaptação das políticas no novo contexto institucional.

No caso das *coercive barriers*, os subcódigos revelam a forma como a coerção acontece. O subcódigo *colonial* surge, principalmente, nos casos em que a transferência de políticas está associada a assimetrias históricas e estruturais entre países do Norte e do Sul global, frequentemente vinculadas a legados coloniais ou neocoloniais. Ao evidenciar que certos processos de internacionalização podem ser interpretados como continuidade de padrões de dependência e assimetria no sistema internacional, essa dinâmica gera resistências locais e questionamentos quanto à legitimidade dessas políticas, sobretudo quando são percebidas como extensões de agendas externas ou como mecanismos de reprodução de valores e práticas ocidentais (Uhlenbrock; Meier, 2021; Schoenefeld; Schulze; Bruch, 2022; Sakata *et al.*, 2024). Uhlenbrock e Meier (2021), ao analisarem o processo de internacionalização de políticas de educação física promovidas pela UNESCO na África do Sul, destacam as tensões decorrentes dessas assimetrias:

We found also evidence for a fundamental resentment against asymmetrical educational policy transfer projects from the Global North. Admittedly, the resistance might be particularly strong in South Africa where PE has been framed as part of a colonial and racist legacy. Nevertheless, decoloniality implies that the Global South will be more assertive in expressing its discomfort with educational policies originating in the Global North. It is important to realise that UNESCO embodies to some extent the idea of asymmetrical developmentalism according to which the Global South has to catch up with the more progressive Global North (Uhlenbrock and Meier 2018). (Uhlenbrock e Meier 2021, p 149).

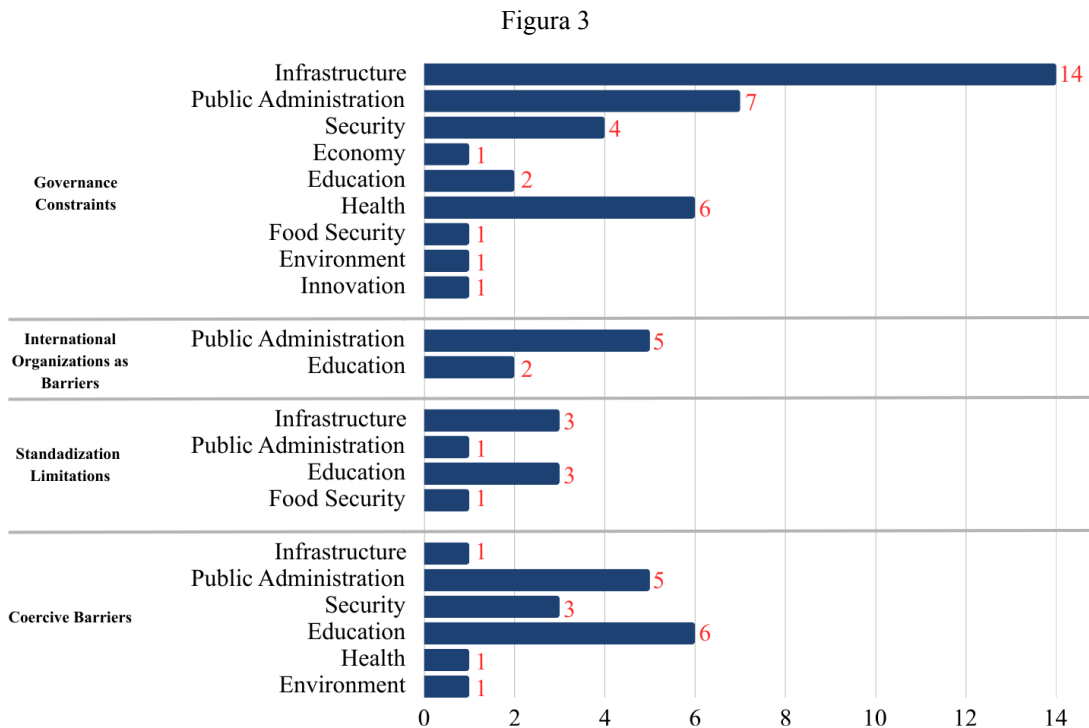
O subcódigo *imposition*, por sua vez, refere-se aos casos em que a adoção de políticas ocorre sob pressões diretas ou indiretas exercidas por atores externos, como organizações internacionais, instituições financeiras ou países doadores. Nessas situações, a transferência não resulta exclusivamente de um processo voluntário de aprendizado ou emulação, mas de mecanismos que reduzem o grau de autonomia dos governos receptores, como condicionalidades associadas à ajuda internacional, dependência financeira ou compromissos assumidos em arenas multilaterais (Al-Rashidi, 2021; Appuhami; Perera; Perera, 2011). A literatura aponta, por exemplo, que reformas administrativas podem ser adotadas em função de condicionalidades impostas por organizações internacionais ou por expectativas associadas à integração em regimes internacionais (Al-Rashidi, 2021; Appuhami; Perera; Perera, 2011; Rahman; Naz; Nand, 2013; Hasan Swapan; Khan, 2018).

Já o subcódigo *top-down* emerge nos casos em que a implementação das políticas transferidas ocorre por meio de processos centralizados e pouco participativos, nos quais decisões são formuladas por níveis superiores de governo ou por atores externos e posteriormente implementadas nos níveis locais sem ampla participação dos atores diretamente envolvidos. Essa dinâmica tende a gerar dificuldades de implementação, resistências institucionais e baixa apropriação local das políticas. Os estudos analisados mostram que reformas educacionais e iniciativas financiadas por organismos internacionais frequentemente seguem esse padrão, sendo introduzidas sem o devido treinamento, capacitação ou engajamento das comunidades e burocracias locais (Le, 2018; Diogo, 2020; Karakhanyan; Van Veen; Bergen, 2011; Rochell; Bulkeley; Runhaar, 2024). Assim, o subcódigo destaca que a verticalização dos processos decisórios constitui um importante fator de restrição à adaptação e à efetividade das políticas transferidas.

Para as categorias *standardization limitations* e *international organizations as barriers*, a análise do *corpus* não indicou a necessidade de criação de subcódigos adicionais.

Diferentemente do que ocorre nas categorias relacionadas à governança e à coerção — nas quais as restrições assumem formas diversas e exigem distinções analíticas mais específicas —, os trechos codificados nesses dois outros casos apresentaram maior homogeneidade conceitual na forma como as barreiras são descritas na literatura. Ainda assim, é relevante examinar de que maneira essas barreiras indutivas se relacionam com atributos como área, direção e tipo de internacionalização.

A Figura 3 apresenta a correlação entre a codificação das barreiras indutivas e a área das políticas públicas discutidas nos estudos de caso.

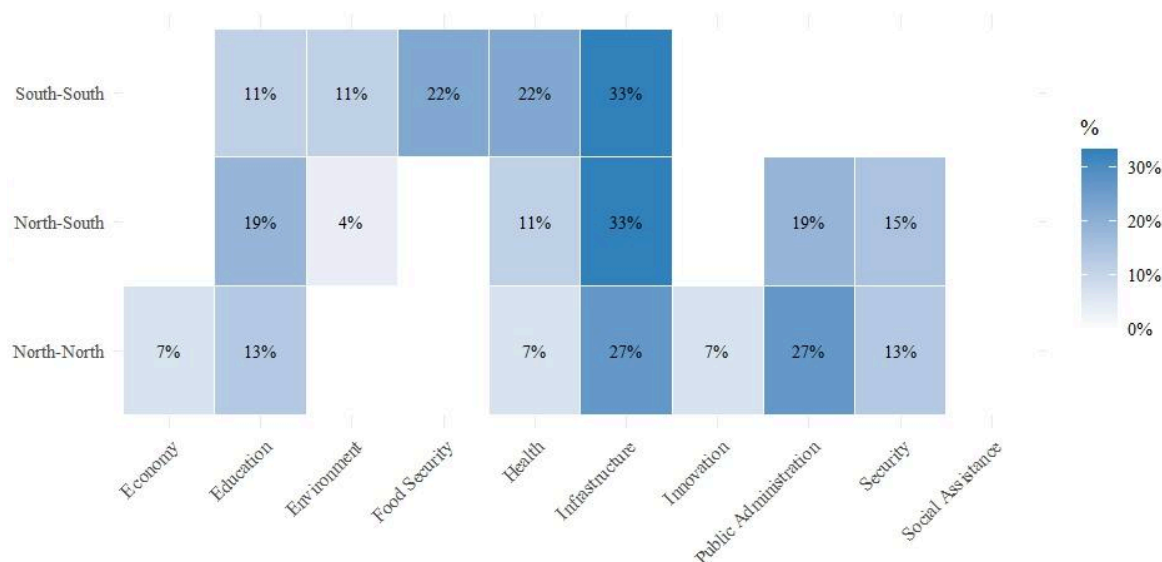


Fonte: elaboração própria (2026).

No que diz respeito às *governance constraints*, observa-se uma concentração expressiva em políticas de infraestrutura (n=14), administração pública (n=7) e saúde (n=6), padrão que sugere que essas áreas — caracterizadas por maior complexidade operacional e pela multiplicidade de atores institucionais envolvidos — são particularmente suscetíveis a falhas de coordenação e gestão interinstitucional (Fredens *et al*, 2020; Gitelman; Kaplan e Hakkert, 2024). As *standardization limitations*, por sua vez, distribuem-se de forma mais equilibrada entre infraestrutura (n=3) e educação (n=3), indicando que ambas as áreas são recorrentemente alvo de soluções padronizadas que desconsideram especificidades contextuais e institucionais dos ambientes receptores (Pow, 2014; Sakata *et al.*, 2024).

As *coercive barriers* incidem com maior intensidade sobre políticas educacionais (n=6) e de administração pública (n=5), resultado coerente com a literatura que identifica a educação como campo historicamente sujeito a processos de transferência *top-down* e à imposição de agendas por organismos internacionais (Le, 2018; Uhlenbrock; Meier, 2021). Esse padrão é reforçado pela distribuição das *international organizations as barriers*, que se concentram igualmente em administração pública (n=5) e educação (n=2), evidenciando que essas duas áreas tendem a ser os principais espaços de atuação — e de pressão normativa — dos organismos multilaterais nos processos de internacionalização (Appuhami; Perera; Perera, 2011; Hasan Swapan; Khan, 2018). Nesse caso, torna-se especialmente relevante analisar a direção em que ocorre o deslocamento das políticas públicas.

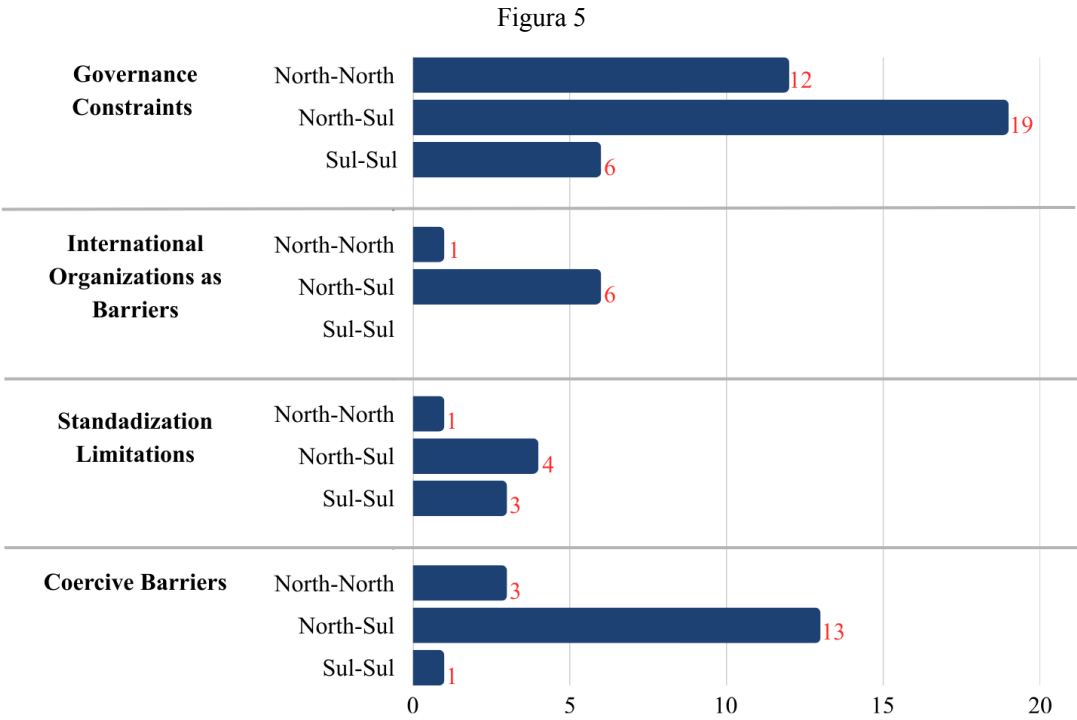
Figura 4



Fonte: elaboração própria (2026).

A distribuição das áreas de políticas públicas segundo a direção da internacionalização revela padrões distintos entre os fluxos analisados. Nos casos de cooperação Sul–Sul, observa-se maior concentração em áreas como infraestrutura (33%), segurança alimentar (22%) e saúde (22%), sugerindo uma agenda mais voltada ao desenvolvimento material e à troca de soluções práticas entre países com desafios semelhantes. Já na direção Norte–Sul, embora a infraestrutura também se destaque (33%), há uma presença mais dispersa entre economia (19%), administração pública (19%) e segurança (15%), indicando uma transferência mais diversificada e possivelmente associada a modelos institucionais e técnicos oriundos de países desenvolvidos. Por sua vez, a cooperação Norte–Norte apresenta maior

ênfase em infraestrutura (27%) e administração pública (27%), além de alguma distribuição em educação (13%) e segurança (13%), o que sugere um padrão de intercâmbio entre países com níveis mais próximos de desenvolvimento, focado em aprimoramento institucional e inovação em gestão pública. Dessa forma, a direção da internacionalização parece influenciar não apenas o volume, mas também o tipo de política transferida, refletindo diferentes lógicas de cooperação e prioridades entre os atores envolvidos.

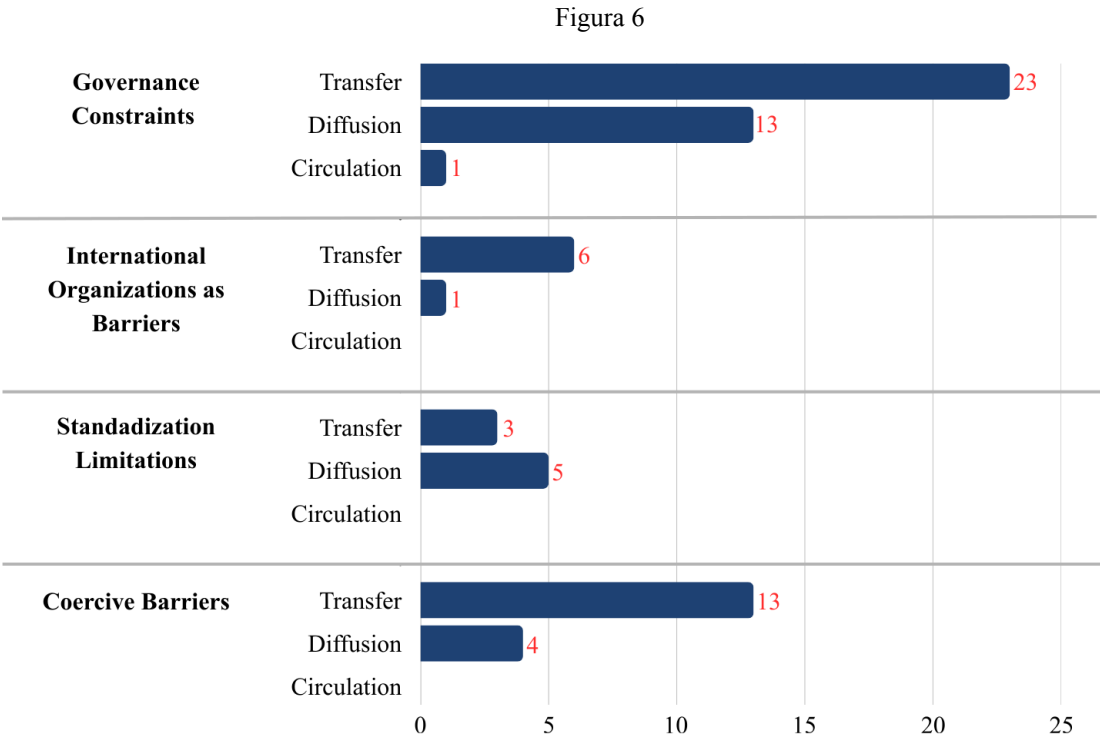


Fonte: elaboração própria (2026).

A Figura 5 indica que as *governance constraints* predominam nas relações Norte-Sul (n=19) e Norte-Norte (n=12), sugerindo que falhas de coordenação não são exclusivas de contextos de menor capacidade institucional, mas atravessam diferentes configurações direcionais. As *coercive barriers*, contudo, concentram-se de forma ainda mais acentuada nas relações Norte-Sul (n=13), padrão que reforça o argumento de que a assimetria de poder entre países exportadores e receptores de políticas constitui um fator estrutural na produção de restrições coercitivas. Nesse mesmo sentido, as *international organizations as barriers* são praticamente ausentes nas relações Sul-Sul (n=0), manifestando-se quase que exclusivamente no eixo Norte-Sul (n=6), o que reforça o argumento de que o papel condicionante dos organismos multilaterais se expressa, sobretudo, nas relações marcadas por maior

desequilíbrio entre os atores envolvidos (Appuhami; Perera; Perera, 2011; Hasan Swapan; Khan, 2018).

Por fim, a Figura 6 incorpora a dimensão do tipo de deslocamento, completando o quadro analítico.



Fonte: elaboração própria (2026).

Os dados indicam que as *governance constraints* e as *coercive barriers* concentram-se predominantemente em processos de transferência, o que é teoricamente coerente, uma vez que a transferência, por seu caráter pontual e direcionado, tende a envolver relações mais diretas entre atores e, consequentemente, maior exposição a falhas de coordenação e a mecanismos de imposição externa (Oliveira; Saraiva; Sakai, 2020). Por outro lado, a presença de apenas um estudo sobre restrições à circulação pode ser explicada por diferenças teóricas entre as abordagens. Enquanto os estudos de difusão e transferência tendem a identificar obstáculos de forma mais objetiva, a literatura sobre circulação — associada à tradição francesa — entende esse processo como dinâmico e baseado em relações de coaprendizagem (Delpeuch, 2009; O’Miel, 2016; Lemaire, Peyroux e Robineau, 2020). Nesse caso, as dificuldades não são vistas como barreiras, mas como parte do próprio processo, o que explica sua baixa incidência nas categorias analíticas adotadas neste estudo.

As *standardization limitations*, por outro lado, manifestam-se com maior intensidade em processos de difusão, padrão esperado dado que é justamente na disseminação em larga escala que modelos padronizados tendem a ser promovidos como soluções universais, independentemente das especificidades dos contextos receptores (Pow, 2014; Jajamovich, 2022). De modo semelhante, as *international organizations as barriers* associam-se quase exclusivamente a processos de transferência, reforçando que a atuação condicionante dos organismos multilaterais se expressa, sobretudo, em contextos de deslocamento deliberado e direcionado de políticas. Chama atenção, ainda, a ausência de registros expressivos associados à circulação em todas as categorias, o que pode refletir tanto a menor frequência desse tipo de deslocamento no *corpus* analisado quanto a sua natureza multidirecional e menos formalizada, que tende a diluir a visibilidade das restrições nos estudos de caso (Milhorce de Castro, 2014; Bevan; Gilbert; Walton, 2023).

Em conjunto, os resultados evidenciam que as restrições à internacionalização de políticas públicas não se distribuem de maneira aleatória, mas seguem padrões consistentes associados ao tipo de deslocamento, à direção dos fluxos e às áreas de política envolvidas. Destaca-se, sobretudo, a centralidade das *governance constraints* e das *coercive barriers*, que revelam como limitações institucionais e assimetrias de poder operam de forma combinada, afetando tanto a capacidade de implementação quanto o grau de autonomia dos atores domésticos. Ao mesmo tempo, a incidência das *standardization limitations* em processos de difusão e das *international organizations as barriers* nas relações Norte-Sul reforça que diferentes mecanismos de internacionalização produzem constrangimentos específicos. Esses achados contribuem para o avanço do debate ao demonstrar que as barreiras não são apenas obstáculos pontuais, mas elementos estruturais dos processos de circulação internacional de políticas, oferecendo um quadro analítico útil para compreender, antecipar e mitigar limitações em contextos concretos de formulação e implementação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou contribuir com a literatura sobre internacionalização de políticas públicas ao propor uma leitura sistemática das restrições que condicionam esses processos, com ênfase naquelas identificadas de forma indutiva a partir da análise do *corpus* selecionado. Ao deslocar o foco das barreiras convencionalmente documentadas — como fatores culturais, institucionais e técnicos — para restrições que emergem da própria forma

como os processos de internacionalização são conduzidos, o estudo amplia o repertório analítico disponível para pesquisadores e formuladores de políticas públicas.

Nesse sentido, a principal contribuição deste estudo reside na construção e sistematização de categorias analíticas que permitem apreender, de forma mais precisa, as restrições que condicionam a internacionalização de PP. Ao propor e definir conceitualmente *governance constraints*, *coercive barriers*, *standardization limitations* e *international organizations as barriers*, o trabalho avança em relação à literatura ao oferecer um arcabouço que organiza empiricamente obstáculos frequentemente tratados de maneira dispersa ou pouco sistemática. Essas categorias não apenas ampliam a capacidade explicativa sobre o fenômeno, mas também permitem identificar padrões recorrentes, comparar diferentes casos e compreender como distintos mecanismos de internacionalização ativam tipos específicos de restrições.

Além disso, o esforço de definição conceitual das restrições indutivas contribui para reduzir ambiguidades analíticas e fortalecer a operacionalização empírica do conceito, aspecto ainda pouco consolidado no campo. Ao transformar evidências dispersas em categorias analiticamente delimitadas, o estudo fornece instrumentos que qualificam tanto a análise acadêmica quanto a prática de formulação de políticas, ao possibilitar a antecipação de riscos e a elaboração de estratégias mais sensíveis às dinâmicas institucionais, políticas e de poder que atravessam esses processos. Dessa forma, o trabalho não apenas mapeia barreiras, mas contribui para o refinamento teórico e metodológico do campo, consolidando uma abordagem mais estruturada para o estudo das restrições à circulação internacional de políticas públicas.

Em conjunto, essas categorias demonstram que os entraves à internacionalização de PP não derivam exclusivamente de *déficits* de recursos ou de incompatibilidades contextuais, mas também de dinâmicas relacionais e estruturais que atravessam o próprio desenho e a condução dos processos de difusão, transferência e circulação de políticas. Essa constatação tem implicações diretas para o campo: sugere que a efetividade da internacionalização depende menos da qualidade intrínseca da política exportada do que das condições sob as quais ela é deslocada e recebida.

No que diz respeito aos limites da pesquisa, a RSL está sujeita às assimetrias de produção acadêmica entre regiões e idiomas, o que pode ter restringido a representatividade de contextos Sul-Sul e de experiências não documentadas nos periódicos indexados. Essa limitação não invalida os achados, mas delimita o alcance das generalizações possíveis e aponta para a necessidade de estudos futuros que ampliem o escopo geográfico e linguístico

da investigação, incorporando perspectivas ainda subrepresentadas no debate sobre internacionalização de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- AL-RASHIDI, K. S. "Indirect Method of Proof" and the Kuwaiti Anti-Money Laundering Law: A Lesson from the UK. **Criminal Law Forum**, v. 32, n. 3, p. 405–433, 24 mar. 2021.
- ALMEIDA, G. H. M. D. Internacionalização das políticas públicas em governos subnacionais. **Revista Agenda Política**, v. 9, n. 3, p. 145–173, 2021.
- APPUHAMI, Ranjith; PERERA, Sujatha; PERERA, Hector. Coercive policy diffusion in a developing country: The case of public-private partnerships in Sri Lanka. **Journal of Contemporary Asia**, v. 41, n. 3, p. 431–451, 2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BEVAN, Peter; GILBERT, Richard; WALTON, Alison. Can policy instruments shape the policy problems they aim to solve? How interest registers redefined conflicts of interest. **Policy and Society**, v. 42, n. 4, p. 560–578, 2023. DOI 10.1080/14494035.2023.2231234. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14494035.2023.2231234>. Acesso em: 12 fev. 2026.
- BLAKE, Oliver; GLASER, Markus; BERTOLINI, Luca; TE BRÖMMELSTROET, Marco. How Policies Become Best Practices: A Case Study of Best Practice Making in an EU Knowledge Sharing Project. **European Planning Studies**, v. 29, n. 7, p. 1251–1271, 2020. DOI 10.1080/09654313.2020.1840523. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09654313.2020.1840523>. Acesso em: 15 fev. 2026.
- CLARK, Danny; OSBORNE, Emma. Offending behaviour programmes for juveniles. In: CANTON, Rob; MCFARLANE, Mary (org.). **Policy transfer in criminal justice: crossing cultures, breaking barriers**. UK: Palgrave Macmillan, 2014. p. 176–191.
- COÊLHO, Denilson. Mecanismos Políticos e Institucionais da Difusão de Políticas. In: FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de; COÊLHO, Denilson Bandeira; SILVA, Sidney Jard da (org.). **Difusão de Políticas Públicas**. São Bernardo do Campo: EdUFABC, 2016.
- DELPEUCH, Thierry. Comprendre la circulation internationale des solutions d'action publique: panorama des policy transfer studies. **Critique Internationale**, Paris, v. 43, n. 2, p. 153–165, 2009. DOI 10.3917/crii.043.0153. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/crii.043.0153>. Acesso em: 20 fev. 2026.
- DIOGO, S. Looking back in anger? Putting in perspective the implementation of the Bologna process in Finnish and Portuguese higher education systems. **European Journal of Cultural and Political Sociology**, v. 7, n. 2, p. 123–149, 2020.
- DOLOWITZ, David P.; MARSH, David. The Future of Policy Transfer Research. **Political Studies Review**, v. 10, n. 3, p. 339–345, 2012. DOI 10.1111/j.1478-9302.2012.00274.x. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1478-9302.2012.00274.x>. Acesso em: 22 fev. 2026.
- DUQUE FRANCO, Isabel. Medellín-Barcelona: redefiniendo las formas de cooperación y la circulación de políticas urbanas (1995–2017). **Iberoamericana: América Latina – España – Portugal**, v. 18, n. 70, p. 9–32, 2018. Disponível em: <https://journals.iai.spk-berlin.de/index.php/iberoamericana/article/view/2708/2244>. Acesso em: 10 mar. 2026.

DYE, Thomas; DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. BoD–Books on Demand, 2024.

FARIA, C. A. P. D. **Políticas Públicas e Relações Internacionais**. Brasília: Enap, 2018.

FREDENS, Mia et al. The national implementation of 'Proactive Health Support' in Denmark since 2017: Expectations and challenges for the telephone-based self-management program. **Health Policy**, v. 124, p. 674–678, 2020.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 211–259, 2000. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89>. Acesso em: 02 mar. 2026.

FRÓIO, Liliana Ramalho; SUPERTI, Eliane; SOUZA, Guilherme de Lima. Governos subnacionais e a internacionalização de políticas no Nordeste brasileiro: uma análise da atuação das secretarias estaduais. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 37, p. 71–89, set./dez. 2023.

GITELMAN, Victoria; KAPLAN, Sigal; HAKKERT, Shalom. The causation-prevention chain in infrastructure safety measures: A consideration of four types of policy lock-ins. **Accident Analysis & Prevention**, v. 195, p. 107399, 2024. DOI 10.1016/j.aap.2023.107399. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.aap.2023.107399>. Acesso em: 05 mar. 2026.

GLASER, Meredith; BLAKE, Oliver; BERTOLINI, Luca; TE BRÖMMELSTROET, Marco; ELLINGSON, Casey. Learning through Policy Transfer? Reviewing a Decade of Scholarship for the Field of Transport. **Transport Reviews**, v. 42, n. 5, p. 626–644, 2021. DOI 10.1080/01441647.2021.2003472. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01441647.2021.2003472>. Acesso em: 08 mar. 2026.

GRAHAM, Erin R.; SHIPAN, Charles R.; VOLDEN, Craig. The diffusion of policy diffusion research in political science. **British Journal of Political Science**, v. 43, n. 3, p. 673–701, 2012. DOI 10.1017/S0007123412000415. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0007123412000415>. Acesso em: 11 mar. 2026.

HASAN SWAPAN, Mohammad Shahidul; KHAN, Shahed. From authoritarian transplantation to prescriptive imposition of good governance: tracing the diffusion of western planning concepts in Bangladesh. **International Planning Studies**, 2018. DOI 10.1080/13563475.2018.1489786. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13563475.2018.1489786>. Acesso em: 12 mar. 2026.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

ILGEN, Silvana; SENGERS, Frans; WARDEKKER, Arjan. City-To-City Learning for Urban Resilience: The Case of Water Squares in Rotterdam and Mexico City. **Water**, v. 11, n. 5, 983, 2019.

JAJAMOVICH, Guillermo. Historicizing the circulation of urban policies through career paths analysis: Barcelonian experts and their role in redeveloping Buenos Aires' Puerto Madero. **Planning Perspectives**, v. 37, n. 5, p. 867–886, 2022.

KARAKHANYAN, S.; VAN VEEN, K.; BERGEN, T. **Educational Policy Diffusion and Transfer**: The Case of Armenia. Nijmegen: Radboud University Nijmegen, 2011.

KRAWCZYK, Nora; SCAFF, Elisangela. Brasil y Angola: ¿que revelan las políticas basadas en evidencias? Nuevos desafíos para la investigación comparada. **Revista Española de Educación Comparada**, n. 45, p. 343–358, 2024.

LE, H. M. Another textbook project. The implementation of Escuela Nueva in Vietnam, 2018. **Educational Research for Policy and Practice**, v. 17, p. 223–239, 2018. DOI 10.1007/s10671-018-9230-x. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10671-018-9230-x>. Acesso em: 14 mar. 2026.

LEMAIRE, Nina; PEYROUX, Élisabeth; ROBINEAU, Ophélie. Circulation des modèles urbains: acquis et perspectives de recherche interdisciplinaire et multiscalaire. In: ADISSON, F. et al. (org.). **Pour la recherche urbaine**. Paris: CNRS Éditions, 2020. p. 177-206. DOI 10.4000/books.editions-cnrs.37263. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/books.editions-cnrs.37263>. Acesso em: 15 mar. 2026.

LIANG, Yutian et al. Policy transfer and scale reconstruction of China's overseas industrial parks: A case study of the Malaysia-China Kuantan Industrial Park. **Journal of Geographical Sciences**, v. 31, n. 5, p. 733–746, 2021. DOI 10.1007/s11442-021-1868-2. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11442-021-1868-2>. Acesso em: 16 mar. 2026.

MAYRING, Philipp. Qualitative Content Analysis: Theoretical Background and Procedures. In: BIKNER-AHSBAHS, Alexandra; KNIPPING, Christine; PRESMEG, Norma C. (ed.). **Approaches to Qualitative Research in Mathematics Education**: examples of methodology and methods. Dordrecht: Springer, 2015. p. 365–380. DOI 10.1007/978-94-017-9181-6_13. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-94-017-9181-6_13. Acesso em: 17 mar. 2026.

MILHORANCE DE CASTRO, Carolina. Brazil's cooperation with sub-Saharan Africa in the rural sector: The international circulation of instruments of public policy. **Latin American Perspectives**, v. 41, n. 5, p. 75–93, 2014.

OLIVEIRA, Osmany Porto de. Mecanismos da difusão global do Orçamento Participativo: indução internacional, construção social e circulação de indivíduos. **Opinião Pública**, v. 22, n. 2, p. 219–249, 2016.

OLIVEIRA, Osmany P.; SARAIVA, Carla; SAKAI, Renata. **Difusão de Políticas e Cooperação para o Desenvolvimento**: elementos norteadores para a implementação de projetos de transferência de políticas públicas por meio da cooperação internacional. São José do Rio Preto: Balão Editorial, 2020.

O'MIEL, Julien. Modèle ou mirage? Circulation et réappropriation de la politique régionale participative toscane. **Participations**, Bruxelles, v. 14, n. 1, p. 177-206, 2016. DOI 10.3917/parti.014.0177. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/parti.014.0177>. Acesso em: 18 mar. 2026.

POJANI, Dorina; STEAD, Dominic. Sustainable Urban Transport in the Developing World: Beyond Megacities. **Sustainability**, v. 7, n. 6, p. 7784–7805, 2015. DOI 10.3390/su7067784. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su7067784>. Acesso em: 19 mar. 2026.

POW, Choon Piew. License to travel: policy assemblage and the 'Singapore model'. **City**, v. 18, n. 3, p. 287–306, 2014. DOI 10.1080/13604813.2014.908515. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13604813.2014.908515>. Acesso em: 20 mar. 2026.

RAHMAN, Mohammad Habibur; NAZ, Rafia; NAND, Alka. Public sector reforms in Fiji: examining policy implementation setting and administrative culture. **International Journal of Public Administration**, v. 36, n. 13, p. 982–995, 2013. DOI 10.1080/01900692.2013.773031. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01900692.2013.773031>. Acesso em: 21 mar. 2026.

ROCHELL, Katharina; BULKELEY, Harriet; RUNHAAR, Hens. Nature for resilience reconfigured: global-to-local translation of frames in Africa. **Buildings and Cities**, v. 5, n. 1, p. 1–15, fev. 2024. DOI 10.5334/bc.379. Disponível em: <https://doi.org/10.5334/bc.379>. Acesso em: 22 mar. 2026.

ROCCO, Roberto; HEIN, Carola; ROOIJ, Remon. An Action Plan for the Mediterranean: a Case of EU Policy Transfer to the Mediterranean Basin. **European Journal of Creative Practices in Cities and Landscapes**, Bologna; Delft, v. 6, n. 1, p. 172–199, 2023. DOI 10.6092/issn.2612-0496/16910. Disponível em: <https://doi.org/10.6092/issn.2612-0496/16910>. Acesso em: 23 mar. 2026.

SAKATA, Nozomi et al. Exploring postcolonial relationships within policy transfer: the case of learner-centred pedagogy in Ghana. **Comparative Education**, v. 60, n. 4, p. 519–536, 2024. DOI 10.1080/03050068.2023.2258681. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03050068.2023.2258681>. Acesso em: 24 mar. 2026.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (orgs.). **Políticas públicas**: coletânea. Brasília: ENAP, 2006.

SCHOENEFELD, Jonas J.; SCHULZE, Kai; BRUCH, Nils. The diffusion of climate change adaptation policy. **WIREs Climate Change**, v. 13, n. 3, e775, 2022. DOI 10.1002/wcc.775. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/wcc.775>. Acesso em: 24 mar. 2026.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

STEINBACHER, Karoline. Drawing lessons when objectives differ? Assessing renewable energy policy transfer from Germany to Morocco. **Politics and Governance**, v. 3, n. 2, p. 34–50, 2015. DOI 10.17645/pag.v3i2.192. Disponível em: <https://doi.org/10.17645/pag.v3i2.192>. Acesso em: 24 mar. 2026.

STONE, Diane. Understanding the Transfer of Policy Failure: Bricolage, Experimentalism and Translation. **Politics and Policy**, v. 45, n. 1, p. 55–70, 2017. DOI 10.1332/030557316X14748914098041. Disponível em: <https://doi.org/10.1332/030557316X14748914098041>. Acesso em: 24 mar. 2026.

STONE, Diane; PORTO DE OLIVEIRA, Osmany; PAL, Leslie A. Transnational Policy Transfer: The Circulation of Ideas, Power and Development Models. **Policy and Society**, v. 39, n. 1, p. 1–18, 2019. DOI 10.1080/14494035.2019.1619325. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14494035.2019.1619325>. Acesso em: 24 mar. 2026.

SUPERTI, Eliane; PEREIRA ARRIGO, Amanda; GONDIM, Romberg de Sá; GONÇALVES DANTAS, Raquel. Do Internacional ao Subnacional: uma Contribuição quanto a Inserção do Nordeste na Internacionalização de Políticas Públicas. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, v. 11, n. 1, p. 88–117, 2022. DOI 10.36311/2237-7743.2022.v11n1.p88-117. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2237-7743.2022.v11n1.p88-117>. Acesso em: 24 mar. 2026.

UHLENBROCK, Christina; MEIER, Henk Erik. The difficulty of policy transfer in physical education: the failure of UNESCO's Quality Physical Education in South Africa. **Physical Education and Sport Pedagogy**, v. 28, n. 2, p. 139–152, 2021. DOI 10.1080/17408989.2021.1958176. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17408989.2021.1958176>. Acesso em: 24 mar. 2026.